



BANCO DE PERFIS GENÉTICOS JÁ TEM CADASTRO COM DNA DE 153 MIL PESSOAS

Com mais de 153 mil DNAs registrados, a Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos (RIBPG) já auxiliou em mais de 4 mil investigações desde 2012, quando a lei 12.654 a coleta de DNA de pessoas condenadas por crimes previstos na lei de Execução Penal. “Nos últimos anos muitos investimentos foram realizados na RIBPG, principalmente por parte do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), que financiou a compra de equipamentos e insumos, além de capacitar peritos oficiais”, diz Ronaldo Carneiro da Silva Junior, perito criminal federal e coordenador do Comitê Gestor da RIBPG.

Atualmente, segundo ele, há dois grandes desafios para seguir avançando: o número de peritos oficiais e a necessidade de aperfeiçoamento da legislação. Com relação aos recursos humanos, afirma Silva Júnior, observa-se que número de peritos oficiais no Brasil ainda é insuficiente para a demanda de trabalho existente. Na área de genética, que é muito especializada, essa questão é ainda mais crítica visto que os peritos necessitam de um bom tempo de treinamento para que estejam aptos a atuarem em laboratórios de DNA.

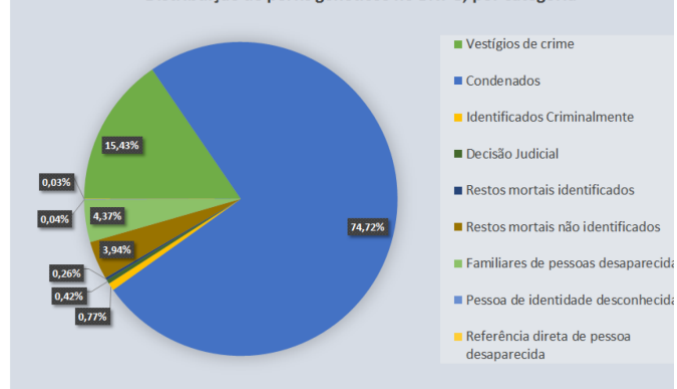
No campo legislativo, detalha, mudanças recentes advindas a Lei nº 13.964/2019 restringiram o uso dos bancos de perfis genéticos em todo o país, resultando em prejuízo para o desenvolvimento da RIBPG. Contudo, existem atualmente dois projetos de lei tramitando no Congresso Nacional que visam aperfeiçoar a legislação relativa aos Bancos de Perfis Genéticos no Brasil: o projeto de lei nº 1496 de 2021 e o projeto de lei nº 3373 de 2021. “A aprovação destes PLs propiciará um arcabouço legal mais propício para o desenvolvimento dos bancos de perfis genéticos no país”, diz. No final de junho, conforme o relatório mais recente do MJSP, havia no banco uma maior proporção de perfis de condenados (74,72%), seguido de vestígios (15,43%), familiares de pessoas desaparecidas (4,37%) e restos mortais não identificados (3,94%). A RIBPG foi criada em 2013 com a finalidade principal de manter, compartilhar e comparar perfis genéticos a fim de ajudar na apuração criminal e/ou na instrução processual. Até 28 de maio, 20 laboratórios estaduais, 1 laboratório distrital e 1 laboratório da Polícia Federal compartilhavam perfis genéticos no âmbito do RIBPG.

Recado do presidente

O uso do DNA no trabalho de investigação criminal é mais uma ferramenta dos peritos criminais para ajudar na investigação e solução de crimes. Nos últimos anos foram feitos grandes investimentos para desenvolver no Brasil um banco de perfis genéticos, que permite, a partir de informações coletadas na maioria das unidades da federação, identificar criminosos em locais diferentes de onde o crime foi cometido. Esse trabalho, cujo primeiro grande projeto foi a coleta do DNA de condenados no sistema prisional, atendendo o previsto na Lei de Execução Penal, ganhou mais força nos últimos anos, com a aquisição de plataformas para processamento automatizado de amostras de crimes sexuais e a Campanha Nacional de Coleta de Familiares de Pessoas Desaparecidas em 2021. Destaco ainda a importância dos investimentos feitos pelos Estados que apostaram na adesão e desenvolvimento dos seus laboratórios e capacitação dos seus profissionais, mas ressalto a necessidade de ampliar o número de peritos atuando nos laboratórios de genética forense, ainda inadequado. Que o banco de perfil genético seja um modelo ao Sistema Nacional de Análise Balística (Sinab), que já apresenta ótimos resultados preliminares. Investir na perícia oficial é investir na ciência.

Marcos Secco

Distribuição de perfis genéticos no BNPG, por categoria



Evolução das amostras totais no BNPG

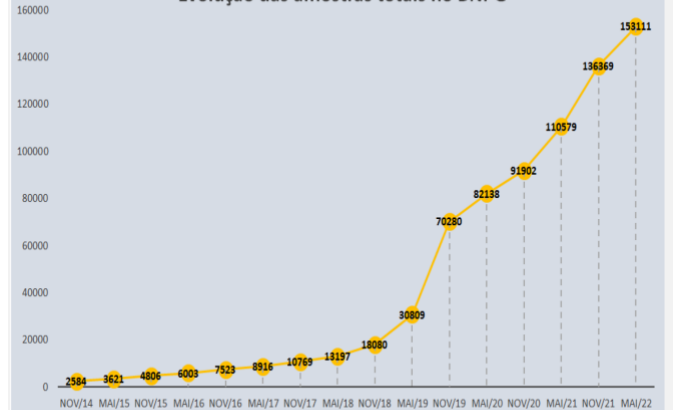


Gráfico I- Crescimento do número total de perfis genéticos no BNPG.



Lei nº 7.210/1984 Casos de coleta obrigatória de DNA

Condenado por crime doloso praticado com violência grave contra a pessoa;

Crime contra a vida, contra a liberdade sexual ou por crime sexual contra vulnerável.

APROVAÇÃO DA PEC 76/2019 PODERÁ PROPORCIONAR MAIOR SEGURANÇA JURÍDICA

O diretor-geral da Polícia Científica de Mato Grosso, Rubens Sadao Okada, afirma que a aprovação da PEC76/2019 é de suma importância para a instituição de um órgão único. Segundo ele, que ocupa o cargo pela segunda-vez, a proposta, em discussão no Senado Federal poderá, ao ser aprovada pelo Congresso nacional contribuir “sobremaneira para o fortalecimento da persecução penal no país, equalizando todos os direitos/deveres dos servidores/policiais que compõem as carreiras dos órgãos da segurança pública, tais como: porte de arma, aposentadoria especial, dentre outros”.

Como a autonomia contribuiu para a melhora do trabalho da Polícia Científica do Mato Grosso?

A autonomia da Perícia Oficial e Identificação Técnica - POLITEC do Estado de Mato Grosso– que é a equivalente da Polícia Científica, foi concedida em 18 de dezembro de 1990, que assegurou aprimoramento do trabalho técnico, científico e funcional. Essa emancipação representou na administração pública do Estado a participação da POLITEC nas tomadas de decisões e nas políticas de governo (inclusive com a destinação de orçamento próprio), além de colaborar ativamente na criação de medidas de segurança pública.

Nesse contexto, qual a importância da aprovação da PEC 76/2019 em discussão no Senado?

O Projeto de Emenda à Constituição (PEC 76/2019) em discussão no Senado Federal, que trata da inclusão da Polícia Científica na Constituição Federal, visa corrigir uma distorção histórica dentre as carreiras da Segurança Pública, equiparando todas as instituições que compõem o aparato de segurança dos mais diversos Estados que compõem a República Federativa do Brasil. Assim, a aprovação da PEC é de suma importância para a instituição de um órgão único, contribuindo sobremaneira para o fortalecimento da persecução penal no país, equalizando todos os direitos/deveres dos servidores/policiais que compõem as carreiras dos órgãos da Segurança Pública, tais como: porte de arma, aposentadoria especial, dentre outros.

A autonomia resultou em aumento de gastos no Estado?

De forma alguma, pelo contrário, a autonomia trouxe maiores responsabilidades sobre a aplicação dos recursos financeiros destinados à POLITEC-MT a serem empregados de forma mais otimizada, pois as demandas são ilimitadas, mais os recursos são limitados, e desta forma, temos que fazer a gestão e adotar estratégias para conseguirmos desempenhar todas as nossas funções e cumprir nossa missão. Um bom exemplo disto, foi o sistema de laudos “POLITEC on-line” disponibilizados com assinatura digital desde 2010 a todos os órgãos da persecução penal, que em 2012, gerava uma economia só de impressão dos laudos na casa de R\$ 3 milhões anuais, sem contar os custos dos deslocamentos terrestres antes necessários para levar os laudos impressos aos quatro cantos do Estado. Resultou, ainda, na possibilidade de firmar termos de cooperação com outras entidades para destinar recursos para áreas específicas da perícia.



Quais os resultados no Mato Grosso após a autonomia?

Os resultados mais relevantes desta autonomia em relação à Polícia Civil, na Politec de Mato Grosso são: 1. autonomia técnica e funcional da nossa Instituição perante os outros órgãos envolvidos na persecução penal, possibilitando atender de forma isenta e diretamente à Polícia Civil, Polícia Militar, Ministério Público, Defensoria Pública e o Poder Judiciário, contribuindo para a cidadania, a justiça e os direitos humanos; 2. na área administrativa desenvolvemos nossa expansão de pessoal, áreas de atendimento e estruturas físicas conforme nosso planejamento estratégico e as nossas possibilidades financeiras, buscando disponibilizar para a população de Mato Grosso um atendimento de excelência; 3. na área financeira, a autonomia garante a gestão dos recursos disponíveis, mesmo que seja pouco, para serem aplicados da melhor forma possível.

Autonomia dará mais segurança para a atuação dos peritos?

A aprovação garante aos profissionais atuação isenta e imparcial na sua análise puramente técnica e científica dos fatos e vestígios, criando um diploma normativo único, proporcionando segurança jurídica também a todo o sistema de persecução penal, e uma maior credibilidade aos olhos de toda sociedade brasileira.

E pode melhorar os serviços prestados à população?

Sem dúvida alguma. A qualidade dos serviços prestados à população está diretamente relacionada a gestão de recursos financeiros, quer seja pela disponibilização de mais profissionais, de novas estruturas físicas, de capacitações e/ou de investimentos em equipamentos de alta tecnologia. A aprovação da PEC inicia uma autonomia na administração destes recursos financeiros por profissionais da carreira, prestigiando as áreas que carecem de maiores investimentos, ocasionando uma melhora na prestação de serviços à sociedade brasileira, pois, hoje sabemos que o crime não tem fronteiras entre Estados, Municípios e Países. Esta uniformização da perícia é muito importante para uma maior garantia da justiça e dos direitos humanos, pois entendemos do nosso negócio e sabemos da importância da nossa missão.



ATUAÇÃO DOS PERITOS CRIMINAIS NOS ESTADOS



Polícia Científica do Paraná completa 21 anos

Fruto de uma Emenda Constitucional Estadual, de 2001, que desvinculou o Instituto de Criminalística (de 1935) e o Instituto Médico Legal (de 1892) da Polícia Civil do estado, a Polícia Científica do Paraná chega aos 21 anos.

Ao comemorar a data, Alexandre Guilherme de Lara, presidente Sinpoapar, destaca a importância da independência funcional do órgão para os bons resultados. “E não é só condenar, às vezes é inocentar um inocente, que seria condenado por algo que não fez. Por isso, nosso trabalho precisa ser independente, sem sofrer influências”, afirma.

Foto: Fábio Alcover /Folha de Londrina.

Taxa de elucidação de homicídios no Mato Grosso do Sul foi de 89% em 2021

De acordo com o Instituto Sou da Paz, a taxa de elucidação de homicídios em MS foi de 89% em 2021, enquanto a média nacional é de 44%. Para a coordenadora-geral de Perícias de Mato Grosso do Sul, Glória Suzuki, investimentos em pessoal e tecnologia são fundamentais para obtenção dos bons resultados. “É imprescindível que haja sempre investimento em recursos humanos, científicos e tecnológicos”, destaca.

Foto: Divulgação



Nomeação de mais 106 peritos e 37 médicos legistas em Minas Gerais

Atendendo a reivindicações do Sindicato dos Peritos Criminais de Minas Gerais, a secretária de Planejamento e Gestão, Luísa Barreto, anunciou a nomeação de 106 Peritos e 37 Médicos Legistas aprovados no concurso de 2021.

Segundo o Sindicato, Minas conta hoje apenas com 570 Peritos na ativa para atender mais de 800 municípios. De acordo com a Seplag/MG, o número de vagas atual é de 170 Peritos Criminais e de 65 para Médicos Legistas, as nomeações devem reduzir esse déficit.

Foto: Sindpecri-MG

